

CHAMADA PÚBLICA Nº 5 DE 03 DE JUNHO DE 2025

Processo nº 02501.005102/2025-62

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (doravante ANA), em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), torna pública a realização de processo seletivo de bolsistas e formação de lista de espera, mediante as condições estabelecidas nesta Chamada, para os interessados em atuar no projeto **“Estudo sobre a cobrança dos serviços de manejo das águas pluviais no Brasil”**.

1. Sobre o Projeto

1.2 Objetivo

O objetivo do projeto é obter subsídios para elaboração da Norma de Referência sobre cobrança dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais com previsão de publicação para 2027.

Os objetivos específicos são:

I. Analisar fundamentos teóricos e técnicos sobre cobrança de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais (DMAPU), com base em referências nacionais e internacionais.

II. Estimar os prejuízos e danos econômicos, ambientais e sociais causados por enxurradas e inundações.

III. Identificar metodologias viáveis para definição de valores de cobrança, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais do contexto brasileiro.

IV. Avaliar criticamente as metodologias propostas, destacando suas potencialidades, limitações, riscos operacionais e estratégias de mitigação.

V. Promover participação social por meio de consultas públicas e técnicas, garantindo alinhamento com as necessidades dos atores envolvidos (governos, usuários, reguladores e prestadores) por meio de oficinas para envolvimento de ERIs, Prefeituras e Universidades.

VI. Aplicar as metodologias selecionadas em estudo de caso, gerando insumos para políticas públicas;

VII. Produzir um Manual de apoio técnico aos principais atores envolvidos (ERIs, Prefeituras, prestadores);

VIII. Elaborar um Curso de Capacitação para aplicação do Manual.

1.3 Atividades e resultados esperados

O escopo abrange sete etapas principais:

- **Plano de trabalho:** Elaboração do plano de trabalho detalhado, com cronograma, critérios de seleção de municípios e definição de metodologias de pesquisa.
- **Revisão teórica e normativa:** Levantamento de literatura acadêmica, legislações e casos nacionais/internacionais relacionados à cobrança de DMAPU.
- **Diagnóstico Econômico:** Elaborar estudo para estimar os prejuízos e danos econômicos, ambientais e sociais causados por enxurradas e inundações, nos últimos cinco anos.
- **Mapeamento das metodologias de cobrança:** Compilação e descrição detalhada de modelos de cobrança, com análise de modelos aplicáveis ao contexto brasileiro.
- **Análise crítica comparativa:** Avaliação das metodologias mapeadas, apresentando vantagens, desvantagens, riscos e estratégias de mitigação.
- **Participação social:** Organização de Tomada de Subsídios para coleta de subsídios, com consolidação e análise das contribuições recebidas.
- **Aplicação em estudo de caso:** Aplicação das metodologias selecionadas em um município-piloto, com monitoramento de resultados e ajustes para adequação à realidade local.
- **Manual Técnico:** elaboração de um documento para apoio técnicos às ERIs e aos titulares de serviços de DMAPU para cobrança desses serviços.
- **Curso de Capacitação:** preparação de um curso de 20h à distância para a plataforma *teams* ou AVANA da ANA sobre os principais resultados desse estudo.

1.4 Plano de trabalho

Atividade 1.1: Plano de Trabalho contendo em detalhes e de forma clara e objetiva a metodologia para o desenvolvimento dos produtos especificados neste documento, suas etapas, respectivas atividades, prazos, equipe alocada, cronograma de execução e outros elementos necessários para o alcance dos objetivos do projeto.

Descrição da entrega:

- Reuniões de acompanhamento;
- Plano de Trabalho.

1.5 Revisão teórica e normativa

Esta etapa visa consolidar um panorama teórico e normativo sobre sistemas de cobrança de DMAPU, identificando bases legais, experiências nacionais e internacionais, e lacunas no conhecimento. Por meio da compilação e análise crítica de legislações, estudos técnicos e casos práticos, busca-se responder a questões como: Quais modelos de cobrança são referência global? Como a legislação brasileira orienta a taxação? O resultado esperado é um relatório com referências categorizadas e uma tabela comparativa, que servirá de base para a construção da Norma de Referência, garantindo alinhamento com marcos como a Lei 11.445/2007 e o PLANSAB 2023. A meta é estabelecer um arcabouço para orientar decisões técnicas e políticas.

Atividade 2.1: Compilação de documentos técnicos nacionais e internacionais incluindo legislações, artigos científicos, estudos de caso e relatórios sobre sistemas de cobrança de DMAPU.

Atividade 2.2: Análise da legislação aplicável e detalhamento dos parâmetros de cobrança.

Descrição da entrega: Reuniões de acompanhamento e apresentação do levantamento; Relatório consolidado com referências categorizadas e tabela de análise comparativa.

1.6 Diagnóstico econômico

O objetivo é elaborar um estudo para estimar os prejuízos e danos econômicos, ambientais e sociais causados por enxurradas e inundações nos últimos cinco anos. Questões centrais incluem: Quais foram os custos para prefeituras, estados e a União? Como estimar as perdas econômicas e impactos sociais? A etapa resultará em um diagnóstico com dados consolidados sobre gastos públicos, danos à infraestrutura, impactos sobre a população e efeitos ambientais. O produto fornecerá uma base empírica sólida para orientar políticas de prevenção, priorização de investimentos e definição de instrumentos econômicos para gestão de risco e adaptação climática.

Atividade 3.1: Levantamento de dados de ocorrências sobre eventos de enxurradas e inundações (últimos cinco anos) em bases públicas (ex.: Defesa Civil, IBGE, ANA, INMET, órgãos estaduais e municipais) sobre frequência, intensidade e localização dos eventos, observada a disponibilidade de dados.

Atividade 3.2: Mapeamento de despesas públicas de prefeituras, estados e da União com resposta a desastres (ex: obras de recuperação e assistência social decorrentes de inundações e enxurradas).

Atividade 3.3: Levantamento e organização de informações que permitam estimar, ainda que de forma preliminar, os principais tipos de prejuízos associados a enxurradas e inundações, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Atividade 3.4: Sistematização e análise dos dados coletados.

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Relatório estruturado com levantamento e sistematização dos prejuízos econômicos, sociais e ambientais causados por enxurradas e inundações nos últimos cinco anos.

1.7 Mapeamento das metodologias de cobrança

O objetivo é mapear e descrever metodologias existentes para cálculo de taxas ou tarifas, considerando critérios como área impermeável, dispositivos de retenção e equidade social. Questões centrais incluem: Quais variáveis definem o valor a ser cobrado? Como adaptar modelos a contextos urbanos distintos? A etapa resultará em um catálogo estruturado com fichas técnicas detalhadas, exemplos de aplicação em cidades de diferentes portes e análises de viabilidade. O produto busca apresentar as metodologias viáveis, permitindo que gestores e reguladores escolham abordagens compatíveis com realidades locais, além de incentivar práticas sustentáveis.

Atividade 4.1: Mapeamento de metodologias existentes para cálculo de tarifas/taxas de DMAPU, considerando os critérios como área impermeável, existência de dispositivos de amortecimento, capacidade de pagamento, regiões de interesse social e incentivos à sustentabilidade.

Atividade 4.2: Descrição técnica de cada metodologia, com exemplos de aplicação em contextos urbanos diversos (ex.: cidades metropolitanas vs. municípios de pequeno porte).

Atividade 4.3: Elaboração de fichas técnicas para cada metodologia, destacando variáveis-chave (ex.: índices de permeabilidade, custos operacionais, parâmetros socioeconômicos).

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Catálogo estruturado de metodologias, com descrições técnicas e exemplos práticos.

1.8 Avaliação crítica comparativa

Esta fase avalia a viabilidade técnica, econômica e social das metodologias catalogadas, identificando riscos como sustentabilidade econômica e complexidade operacional. Perguntas-chave incluem: Quais são os pontos fracos de cada modelo? Como mitigar impactos negativos? O resultado será um relatório com análise crítica, matriz de riscos e estratégias de mitigação, além de recomendações para adaptação ao contexto brasileiro. A meta é fornecer subsídios para decisões informadas, equilibrando eficiência, justiça socioeconômica e sustentabilidade.

Atividade 5.1: Análise das metodologias identificadas, apresentando vantagens e desvantagens, considerando viabilidade técnica, econômica e social no contexto brasileiro.

Atividade 5.2: Identificação de riscos associados à implementação (ex.: rejeição social, complexidade técnica) e proposição de estratégias de mitigação.

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Relatório de avaliação crítica com matriz de riscos e plano de mitigação.

1.9 Participação social

Atividade 6.1: Planejamento de tomadas de subsídios, apresentando relatório com cronograma, metodologia, perguntas-chave e lista de atores, em conjunto com a ANA.

Atividade 6.2: Realização de tomadas de subsídios em conjunto com a ANA, conforme metodologia definida.

Atividade 6.3: Registro e consolidação das contribuições recebidas (via gravações, atas de reuniões ou documentos) em uma planilha conforme modelo a ser disponibilizado pela ANA.

Atividade 6.4: Análise quantitativa e qualitativa das contribuições, contendo recomendações e aprimoramentos ao projeto.

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Relatório de planejamento com cronograma, metodologia, perguntas-chave e lista de atores;
- iii. Relatório contendo consolidação e análise quantitativa e qualitativa de todas as contribuições recebidas, incluindo recomendações e aprimoramentos ao projeto.

1.10 Aplicação em estudo de caso

A etapa aplica metodologias selecionadas em um município ou região piloto, validando sua praticidade e efetividade. Questões como Quais dados são necessários? Como os critérios funcionam na prática? Quais ajustes são necessários? serão respondidas por meio da coleta de dados locais, simulações de cenários e análise de impactos. O estudo de caso gerará um relatório com resultados quantitativos, lições aprendidas e recomendações técnicas, visando demonstrar a adaptabilidade das metodologias ao cenário nacional e subsidiar a futura normativa.

Atividade 7.1: Seleção de município ou região piloto, em acordo com a ANA.

Atividade 7.2: Coleta dos dados disponíveis (ex.: mapas locais, zonas de impermeabilização, custos de infraestrutura, perfil demográfico) para aplicação das metodologias selecionadas.

Atividade 7.3: Simulação de cenários de cobrança, análise de impactos e ajustes às realidades locais.

Atividade 7.4: Elaboração de recomendações técnicas para adaptação das metodologias ao contexto nacional.

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Relatório do estudo de caso com resultados, simulações e lições aprendidas.

1.11 Produção de Manual Técnico:

Elaboração de um documento para apoio técnicos às ERIs e aos titulares de serviços de DMAPU para cobrança desses serviços.

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Manual com a síntese das metodologias de cobrança e recomendações.

1.12 Curso de Capacitação:

Preparação de um curso de 20h à distância para a plataforma teams ou na AVANA da ANA sobre os principais resultados desse estudo, de como implementar a cobrança, tendo como material de base o próprio Manual.

Descrição da entrega:

- i. Reuniões de acompanhamento e apresentação;
- ii. Curso EaD para integração na plataforma teams ou AVANA.

1.13 Cronograma

Cronograma de entrega de cada produto previsto:

Produtos	Prazo (meses)	Prazo acumulado (meses)
Produto 01	1 mês	1
Produto 02	1 mês	2
Produto 03	4 meses	6
Produto 04	4 meses	10
Produto 05	2 meses	12
Produto 06	2 meses	14
Produto 07	2 meses	16
Produto 08	1 mês	17
Produto 09	1 mês	18

1.14 Gestão e Comunicação do Projeto

O projeto será conduzido em estreita colaboração entre os bolsistas e a equipe da ANA. O acompanhamento será realizado por reuniões periódicas, nas quais a equipe apresentará relatórios parciais, discutirá desafios e ajustará escopo conforme necessário. A ANA, por sua vez, terá o papel de validar direcionamentos, fornecer insumos técnicos e institucionais.

A comunicação será formalizada por meio de canais predeterminados, como plataformas de gestão compartilhada, onde documentos, cronogramas e gravações de reunião ficarão acessíveis. Além disso, pontos focais designados por ambas as partes serão responsáveis por agilizar a troca de informações e resolver questões operacionais.

2. Vagas Disponíveis

2.1. Serão ofertadas 6 (seis) vagas para bolsistas, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil, tipo de bolsa, valores e duração das vagas.

	Perfil profissional	Titulação mínima	Horas dedicadas por semana	Modalidade de bolsa (*)	Valor mensal (R\$) (**)	Local do trabalho	Duração (meses)
1	Pesquisador Técnico	Curso de graduação em qualquer área	20	DTI - C	1.430,00	Remoto	18

2	Pesquisador com graduação	Arquitetura ou Engenharia Civil ou Ambiental com experiência em drenagem e manejo de águas pluviais.	20	DTI - B	3.900,00	Remoto	12
3	Pesquisador com graduação	Economista com experiência em análise de dados.	20	DTI - B	3.900,00	Remoto	12
4	Pesquisador com mestrado	Engenheiro(a) Civil ou Ambiental com experiência em drenagem e manejo de águas pluviais.	20	DTI - A	5.200,00	Híbrido	15
5	Pesquisador com mestrado	Economista com experiência em regulação econômica de setores regulados de infraestrutura.	20	DTI - A	5.200,00	Híbrido	15
6	Pesquisador com doutorado	Engenheiro(a) Civil ou Ambiental ou Economista com experiência em saneamento básico ou manejo de águas pluviais e análise de dados.	20	Especialista Visitante 1 (EV-1)	6.500,00	Remoto	18

* valores obtidos em <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades/tabela-de-valores-no-pais>.

** Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora **RN-015/2010** <http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25314>.

2.2. Além das vagas previstas, será formada lista de espera a partir da classificação dos candidatos, para atendimento em caso de desistências ou desempenho considerado insuficiente.

2.3. Para este projeto, 2 (duas) vagas será destinada a ações afirmativas, para candidatos

autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

- 2.4. Os(as) candidatos(as) aprovados(as), após assinarem o Termo de Outorga de bolsa do CNPq, deverão executar as atividades previstas em plano de trabalho relacionado à vaga específica, ficando a critério da ANA propor alterações, se necessário.

3. Perfil dos Candidatos

- 3.1. Perfil 1 - Pesquisador Técnico - Apoio - *Nível Superior em qualquer área de formação*

3.1.1 **Modalidade da bolsa** – DTI C - Profissional de nível superior.

3.1.2 **Titulação Mínima:** Possuir título de Graduação.

3.1.3 Ter experiência em procedimentos administrativos, sistemas de processos.

3.1.4 Desejável conhecimento em sistemas e gestão de processos e participação em grupos de pesquisa.

- 3.2. Perfil 2 – Pesquisador com Graduação (Graduado) - *Nível superior em Engenharias ou Ciências Sociais Aplicadas*

3.2.1 **Modalidade da bolsa** – DTI B (*Profissional de nível superior com, no mínimo, 2 anos de efetiva experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.*)

3.2.2 **Titulação Mínima:** Possuir título de Graduação em Engenharias ou Ciências Sociais Aplicadas.

3.2.3 Ter experiência em saneamento básico, drenagem e manejo de águas pluviais ou planejamento urbano.

3.2.4 Desejável conhecimento em linguagem de programação, análise de dados geoespaciais, apresentação de resultados.

- 3.3. Perfil 3 – Pesquisador com Graduação (Graduado)- *Nível superior em Engenharias ou Ciências Sociais Aplicadas*

3.3.1 **Modalidade da bolsa** – DTI B (*Profissional de nível superior com, no mínimo, 2 anos de efetiva experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.*)

3.3.2 **Titulação Mínima:** Possuir título de Graduação em Engenharias ou Ciências Sociais Aplicadas.

3.3.3 Ter experiência em análise de dados.

3.3.4 Desejável conhecimento de regulação econômica em setores regulados, linguagem de programação, saneamento básico, cobrança ou concessão de serviços públicos e elaboração de relatórios.

- 3.4. Perfil 4 – Pesquisador com Mestrado (Mestre) - *Nível de Mestrado em Engenharias*

3.4.1 **Modalidade da bolsa** – DTI A (*Profissional de nível superior com, no mínimo, 6 anos de efetiva experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.*)

3.4.2 **Titulação Mínima:** Possuir título de Mestrado em Engenharias.

3.4.3 Ter experiência em drenagem e manejo de águas pluviais.

3.4.4 Desejável conhecimento em linguagem de programação, análise de dados, georreferenciamento de dados, apresentação de resultados e gestão de saneamento básico.

3.5. Perfil 5 – Pesquisador com Mestrado (Mestre) - *Nível de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas*

3.5.1 **Modalidade da bolsa** – DTI A (Profissional de nível superior com, no mínimo, 6 anos de efetiva experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.)

3.5.2 **Titulação Mínima:** Possuir título de Mestrado em *Ciências Sociais Aplicadas*

3.5.3 Ter experiência em regulação econômica em setores regulados de infraestrutura.

3.5.4 Desejável conhecimento em saneamento básico, cobrança ou concessão de serviços público, linguagem de programação, análise de dados, apresentação de resultados e gestão de saneamento básico.

3.6. Perfil 6 – Pesquisador (Doutor) - *Nível de Doutorado em Engenharias ou Ciências Sociais Aplicadas*

3.6.1 **Modalidade da bolsa** – EV 1 (Profissional de nível superior com experiência efetiva mínima de oito anos em projetos de P&D, extensão inovadora ou na implantação de processos de produção e atividades gerenciais).

3.6.2 **Titulação Mínima:** Possuir título de Doutor(a) em Engenharias ou Ciência Social Aplicada.

3.6.3 Ter experiência em gestão de saneamento básico, com preferência experiência em drenagem e manejo de águas pluviais.

3.6.4 Desejável conhecimento em análise de dados, gestão de saneamento básico e gestão de projetos de pesquisa.

4. Requisitos e Condições

4.1. A descrição das bolsas e demais regras de aplicação encontram-se na RN 015/2010/CNPQ.

4.2. As bolsas da modalidade Desenvolvimento Tecnológico e Indústria (DTI), serão reduzidas a 60% de seu valor caso o bolsista tenha atividade laboral com carga superior a 20 horas semanais.

4.3. Para poder participar, o pesquisador interessado deverá cumprir os seguintes requisitos obrigatórios e eliminatórios:

4.3.1 Ser maior de idade.

4.3.2 Ser brasileiro ou estrangeiro residente e em situação regular no País e ter seu currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes.

4.3.3 Apresentar diploma, devidamente registrado, na área e no nível de formação exigidos para a vaga pleiteada.

4.3.4 Comprovar no currículo a experiência exigida para a vaga.

4.3.5 Ter disponibilidade para cumprimento da carga horária semanal de participação nas atividades do projeto.

4.3.6 O bolsista não poderá acumular bolsas de longa duração de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora com outras bolsas de longa duração do CNPq ou de qualquer outra

instituição brasileira, embora possa receber suplementação.

4.3.7 Caso tenha vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, deverá exercer a função de Pesquisador, Professor Universitário ou equivalente;

4.3.8 Caso o candidato tenha possuído bolsa de pesquisa Cnpq e seu relatório final tenha obtido avaliação insatisfatória, ou caso esteja em situação de pendência na entrega de relatórios de atividades, este poderá, a critério do comitê julgador, ser desclassificado.

4.4. O tempo de experiência será contado a partir da data de conclusão do curso superior e do efetivo exercício profissional.

5. Inscrição

5.1. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo envio da documentação ao e-protocolo da ANA, disponível em <http://eprotocolo.ana.gov.br>, até a data estipulada no cronograma.

5.2. O modelo do formulário de inscrição encontra-se disponível no anexo I e, em formato editável, na página da seleção do projeto, no site da ANA.

5.3. Os interessados deverão enviar os seguintes documentos em PDF:

5.3.1 Formulário de inscrição preenchido e assinado;

5.3.2 Documento de Identificação válido;

5.3.3 Diploma equivalente aos requisitos das vagas a que concorre;

5.3.4 Currículo *lattes* atualizado, com link de acesso;

5.3.5 Carta de apresentação;

5.3.6 Anexo I de autodeclaração preenchido para candidatos PPI, se aplicável.

5.4. A assinatura no formulário de inscrição pode ser eletrônica, como o disponibilizado pela página do Governo Digital (e-gov), disponível em: www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/assinatura-eletronica.

6. Cronograma

6.1. As etapas e prazos da presente seleção estão detalhadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Cronograma.

Inscrições	De 9 a 22 de junho
Divulgação do resultado preliminar	Até o dia 11 de julho
Interposição de recursos	De 11 a 15 de julho
Divulgação dos resultados e convocação para banca de heteroidentificação	Até o dia 18 de julho
Divulgação do resultado preliminar da heteroidentificação	Até o dia 25 de julho
Interposição de recursos sobre a heteroidentificação	De 25 a 29 de julho
Resultado dos recursos e convocação para entrevistas	Até o dia 1º de agosto

Divulgação do resultado das entrevistas	Até o dia 8 de agosto
Publicação do resultado final	Dia 12 de agosto

6.2. As informações prestadas na ficha de inscrição, bem como os documentos anexados são de inteira responsabilidade do candidato.

6.3. As solicitações de inscrições e recursos devem ser enviadas ao e-protocolo da ANA até às 23h:59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, na data limite do cronograma.

7. Seleção

7.1. A habilitação dos candidatos será realizada por análise da entrega dos documentos obrigatórios e da comprovação da titulação mínima requerida para a vaga. A habilitação tem caráter eliminatório.

7.2. Após a etapa de habilitação, os candidatos serão pontuados (Tabela 3) pelo coordenador do projeto, de forma objetiva, com base nas informações contidas no respectivo currículo lattes e na carta de apresentação.

7.3. O tempo de experiência profissional e a participação em projeto de pesquisa (itens B e C da tabela 3) não poderão ser considerados em duplicidade.

7.4. Serão convocados para entrevista os candidatos que obtiverem no mínimo 50 pontos em até 5 vezes o número de vagas disponíveis, sendo 3 candidatos da ampla concorrência e 2 candidatos autodeclarados PPI, conforme ordem decrescente de pontuação.

7.5. A entrevista valerá até 30 pontos que serão somados à pontuação obtida pelos critérios definidos na Tabela 3.

7.6. Os candidatos que se autodeclararem como PPI, concorrerão inicialmente às vagas de ampla concorrência e, caso não sejam selecionados, serão considerados para as vagas reservadas.

7.7. A(s) vaga(s) destinada(s) a candidatos autodeclarados PPI será(ão) preenchida(s) pelos candidatos PPI com a maior pontuação total dentre os inscritos para o projeto, independentemente do perfil da vaga.

Tabela 3 – Critérios de avaliação.

Item	Critério	Pontuação	Máximo
A	Titulação na área exigida superior àquela necessária para a vaga	10 pontos se atendido	10
B	Experiência profissional na área de conhecimento requerida para a vaga	2 pontos por ano	10
C	Participação em projetos de pesquisa na área de conhecimento requerida para a vaga	2 pontos por projeto	10
D	Publicações na área de conhecimento requerida para a vaga	2 pontos por publicação	10
E	Cursos realizados na área de conhecimento requerida para a vaga	2 pontos por curso	10

F	Carta de apresentação: Demonstração de como a experiência do candidato pode contribuir para o projeto (Critérios a serem avaliados: linguagem e lógica de argumentação; clareza do conteúdo; e aderência ao projeto)	0 a 50 pontos	50
---	---	---------------	----

8. Recursos

8.1. O coordenador somente avaliará os recursos que contiverem:

- Nome completo e CPF do candidato;
- Projeto e bolsa para o qual está se candidatando, informando o número do processo indicado no formulário de inscrição;
- Justificativa detalhada do recurso, incluindo argumentos e evidências que sustentem a revisão do resultado, com base apenas na documentação já enviada.

8.2. O resultado dos recursos será divulgado na página da seleção do projeto, no site da ANA.

8.3. A decisão sobre os recursos será definitiva e não caberá novo recurso.

8.4. A interposição de recursos não suspende os prazos e procedimentos do processo seletivo.

8.5. Recursos interpostos fora do prazo ou que não atendam às exigências estabelecidas não serão considerados.

9. Heteroidentificação

9.1. Os candidatos habilitados e que estiverem concorrendo a vagas reservadas para PPI deverão ser avaliados por comissão de heteroidentificação, sendo convocados em ordem de pontuação em quantidade igual a 15 vezes o número de vagas reservadas.

9.2. A lista de convocados para a heteroidentificação será publicada na página da seleção do projeto, no site da ANA, bem como os procedimentos específicos para sua realização.

9.3. A convocação será realizada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a realização da avaliação de heteroidentificação.

9.4. A heteroidentificação será realizada por videoconferência gravada, em data e horário informados na convocação. A gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

9.5. A ausência do candidato na data e horário agendados para a heteroidentificação implicará na desclassificação automática da concorrência por vaga PPI.

9.6. Os candidatos deverão garantir acesso a um dispositivo com câmera e conexão estável à internet.

9.7. Durante o procedimento, a banca avaliará a autodeclaração do candidato com base em critérios fenotípicos, como cor da pele, características físicas e outros aspectos visíveis.

9.8. Os candidatos deverão apresentar documento de identificação com foto durante a videoconferência.

10. Resultados

10.1. Os resultados serão divulgados na página da seleção do projeto, no site da ANA.

10.2. A divulgação incluirá a lista dos candidatos selecionados, bem como a pontuação final de cada candidato.

10.3. A lista de candidatos selecionados será organizada por ordem de classificação.

10.4.Serão divulgadas as pontuações obtidas em cada critério de avaliação.

10.5.Critérios de desempate, conforme a ordem disposta.

10.5.1 Maior idade (Lei nº 10.741/2003);

10.5.2 Maior pontuação no item “experiência profissional na área de conhecimento do projeto”;

10.5.3 Melhor pontuação no item “carta de apresentação: demonstração clara de como a experiência do candidato pode contribuir para o projeto”.

11. Disposições Gerais

11.1. Os casos omissos e outras situações não previstas na presente chamada serão resolvidos pelo coordenador do projeto.

12. Anexos

12.1.Formulário de Inscrição para Seleção de Bolsistas de Pesquisa.

12.2.Formulário de Autodeclaração Racial.

(assinado eletronicamente)
MARCELO JORGE MEDEIROS
Diretor Presidente Substituto
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jorge Medeiros, Diretor-presidente, substituto**, em 04/06/2025, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ana.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0050478** e o código CRC **D17E2AEE**.